

NARRATIVAS À MARGEM: VISIBILIZAR AS NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOS CORPOS ORDINÁRIOS ATRAVÉS NO ESPAÇO PÚBLICO ESPETACULARIZADO DO RIO DE JANEIRO

Stefhanie Fernando

Resumo

O artigo procura investigar o que tem acontecido no espaço espetacularizado do Rio de Janeiro – cidade que, recorrentemente, relaciona a cultura à concepção do espaço público voltado para o turismo e o consumo – buscando problematizar a dimensão pública urbana a partir do apagamento das narrativas de parte da população situadas à margem da paisagem urbana. Entendendo que o público é sempre plural e está em constante mudança, destaca-se que pensar cidades na atualidade requer adotar outras perspectivas ao olharmos para o urbano. É fundamental discutir tudo que foi naturalizado como paisagem e quais narrativas foram usadas como embasamento para a construção do que denominamos cidade. Pretende-se apresentar os conceitos de experiência e narrativa como artefatos que fabricam espaços e contribuir para o debate sobre participação no planejamento das cidades, reconhecendo a troca social e o conflito nas transformações urbanas. Por fim, estudar a cultura como campo de resignificação do território e de debate sobre direitos, como o direito à cidade pensado de forma democrática, coletiva e horizontal. Como também a noção de “política” e a ocupação do espaço público urbano por diferentes corpos em distintas escalas – do micro, do banal e do ordinário ao macro, a espetacularização.

Palavras-chave: Narrativa. Movimento. Desvio. Corpo. Cidade Espetacular.

Abstract

The article investigates the spectacularized space of Rio de Janeiro – a city that relates culture to the conception of public space aimed at tourism and consumption – seeking to problematize the urban public dimension from the erasure of the narratives of the population located on the margins of the urban landscape. The public being plural and constantly changing, it is highlighted that thinking about cities today requires adopting other perspectives when looking at the urban. It is essential to discuss what was naturalized as a landscape and what narratives were used to build what we call the city. We will introduce the concepts of experience and narrative and contribute to the debate on participation in city planning, recognizing social exchange and conflict in urban transformations. Finally, studying culture as a field of redefinition of the territory and debate on the right to the city thought of in a democratic, collective and horizontal way. As well as the notion of occupation of urban public space by different bodies at different scales – from the micro, the banal and the ordinary to the macro, the spectacularization.

Keywords: Narrative. Movement. Deviation. Body. Spectacular City.

1. INTRODUÇÃO

“A rua tem alma”, dizia João do Rio. “Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira” (RIO, 2012, p.15). O autor descreve que a rua é um ser vivo que está em constante movimento e está ali

para dar possibilidades a acontecimentos, para ser fluxo dos imprevisíveis e para abrigar desejos e relações sociais.

Lefebvre (2000) aborda a existência de três esferas na construção social do espaço: o espaço concebido, percebido e vivido. Essas esferas são inseparáveis, pois o espaço carrega consigo tanto as representações singulares do cotidiano e da vivência quanto o poder hegemônico e dominante. Esses conflitos urbanos representam a ocupação da cidade por suas diferenças e desigualdades que são determinantes e estão determinadas na produção do espaço. A liberdade da cidade é mais que um direito de acesso àquilo que já existe, é o direito de mudar e reinventar as cidades de acordo com os desejos das pessoas que habitam os espaços públicos, onde se “a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada” (HARVEY, 2013, p.27).

Certeau (2012), em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, atribui o ato de caminhar pela cidade como um ato de enunciação onde o sujeito se apropria do urbano – da qual o “espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 2012, p.202) – como um falante se apropria da língua. Nessa perspectiva, o caminhar e o falar tornam-se relatos que efetuam um trabalho de transformação de lugares em espaços ou espaços em lugares (CERTEAU, 2012, p.203).

Conforme o pensamento de Certeau (2012), a cada passo o caminhante escreve a cidade com o intuito de ouvir e contar o que os percursos têm a dizer, o relato então antecede práticas sociais para dar legitimidade às mesmas.

Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, “descreve”. Mas “toda descrição, é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador”. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente: onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de espaço. (CERTEAU, 2012, p.209)

A partir de tais definições sobre o relato, podemos alegar a importância das narrativas no que se refere a problematização da perspectiva de quem imagina a paisagem urbana às custas do apagamento de pensar outras possibilidades de imaginar a cidade. Neste processo, a cidade como lugar construído rejeita da paisagem tudo aquilo que é informal, ilegal e desviante (CERTEAU, 2012). Por tanto, é necessário aproximarmos do campo do urbanismo e do planejamento urbano aqueles que estão afastados do ideal dominante da maneira de viver os espaços. Com ênfase nos caminhantes como narradores de suas experiências, Certeau conclui que “caminhar é ter falta de lugar” (CERTEAU, 2011, p. 170).

Compreendendo, então, os múltiplos movimentos da dinâmica social e a simultaneidade dos modos de vida cotidiana, Certeau é movido principalmente pelo desejo de se deslocar em direção ao encontro com os outros, em um mundo onde múltiplas vozes se entrelaçam e são moldadas pelas ações dos usuários. Ele se autodenomina um viajante e demonstra uma atenção profunda às pessoas, conduzindo pesquisas que narram práticas comuns o que o levou a desenvolver uma abordagem específica para caminhar, pois ele acreditava que "para compreender e escrever sobre a cultura cotidiana, é crucial reaprender as ações comuns e tornar a análise uma variação do próprio objeto" (CERTEAU, 2012, p. 35).

Ou seja, a partir dessa valorização da narrativa, percebe-se que pensar cidades na atualidade requer adotar outras perspectivas ao olharmos para o urbano e para as suas singularidades. Ricoeur (1995, p.85), compara experiência e narrativa ao discutir que a percepção de cidade é diferente para cada indivíduo, partindo da experiência vivida na dimensão pública do espaço urbano. Assim, a narrativa então assume um tipo de conhecimento advindo da experiência humana do narrador, onde esse "retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada por outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes" (BENJAMIN, 1994, p.201).

Nas entre linhas entre experiência e narrativa, partindo desse pressuposto benjaminiano "ficam impressas as marcas do narrador como vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila" (BENJAMIN, 1994, p.107). Ou seja, "não há, portanto, duas narrativas iguais: não há dois mundos iguais, não há duas experiências iguais – não há dois atravessamentos territoriais iguais" (MIZOGUCHI, 2015, p. 206). Sendo assim, ao assumirmos a narrativa como uma epistemologia de conhecimento e experiência vivida na cidade, entendemos que a "experiência e narrativa utilizadas como artefatos políticos de pesquisa dão passagem a um caráter radicalmente singular e impessoal: um pesquisador e um mundo aptos a serem criados e a serem destruídos – mais do que serem declarados ou descobertos" (MIZOGUCHI, 2015, p. 207).

Para Ricoeur (2003, p.11) a "arquitetura seria para o espaço o que o relato é para o tempo, [...] uma operação configuradora". Com relação à narrativa, o autor transpõe suas reflexões sobre arquitetura e narratividade comparando o ato de narrar da literatura com o de construir/habitar da arquitetura, o primeiro configura o tempo e o segundo o espaço. Ou seja, existe uma correlação entre a atividade de narrar e a experiência humana, onde a constituição da paisagem urbana se forma a partir de discursos hegemônicos que evidenciam o anulamento de uma parcela da população da produção do espaço urbano,

configurando um modelo de cidade desigual cujo direito à cidade e à paisagem urbana é continuamente destituído (CARON, 2019). Em consequência, a cidade ainda é moldada de acordo com os benefícios particulares da classe dominante – vista principalmente na urbanização dos espaços públicos por meio do discurso de “lugar de respeito” – onde tem-se uma cidade censurada que nem todos podem acessar.

2. DESENVOLVIMENTO

Diálogos sobre a experiência urbana

As limitações das abordagens do urbano, sob a perspectiva da cidade espetacular, se tornam evidentes quando focamos no espaço público da rua. Atividades comuns e em constante movimento como a presença de vendedores ambulantes, catadores, artistas e a população em situação de rua, revelam uma cidade "informal" que se mescla com a cidade "formal" gerando espaços impuros e de difícil categorização sob uma lógica única. Assim, podemos encontrar possibilidades de micro-resistência a espetacularização urbana “no próprio uso cotidiano da cidade, em particular na experiência não planejada ou desviatório dos espaços públicos, ou seja, nos seus usos conflituosos e dissensuais, nos usos cotidianos da cidade que contrariam os usos que foram planejados” (JACQUES, 2010, p.110).

Em vista da enorme visibilidade da cidade do Rio de Janeiro, somos direcionados a pensá-la como um espaço “espetacularizado” (JACQUES, 2010). Isto é, quando os espaços são pensados como “imagens publicitárias”, padronizados que tendem a eliminar as brechas, as fissuras e os conflitos. Para Jacques (2007, p.93), “o processo de espetacularização parece estar diretamente relacionado a uma diminuição tanto da participação cidadã quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo.”

Seria importante compreendermos também que existe sempre uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais – que resiste (e, assim, coexiste) por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas. (JACQUES, 2010, p.109)

Para Foucault, uma série de práticas sociais e políticas são desenvolvidas compreendendo “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas [...] o dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 1982, p.138). Podemos dizer que as estratégias e políticas discursivas normativas colocam em vigilância e controle os

“corpos ordinários”¹, onde faz-se necessário um discurso de reação, um “espaço de aparecimento” (BUTLER, 2018, p.75) e pertencimento no âmbito político das manifestações tensionando e disputando a ocupação do espaço urbano.

É neste sentido que emerge a perspectiva do “pensar por margens” que considera que as margens “são reiteradamente invisibilizadas, deslegitimadas ou criminalizadas nas narrativas de modernização que delineiam historicamente o Estado e suas territorializações” (ROSA, 2018, p.186). Ou seja, para a autora, margem é tudo aquilo que transborda as fronteiras regulamentadas pelas instituições e pelo Estado e emergem como “dimensão central na experiência contemporânea, fazendo transbordar a noção de fronteira ao embaralhar as distinções entre dentro e fora, privado e público, legal e ilegal” (ROSA, 2018, p.187). Aqui o conceito de margem e centro refere-se ao usado por hooks (2019), da qual estar na margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal, o centro.

Isto explica que entendemos como margens àqueles excluídos e anulados da produção urbana hegemônica. São corpos de diferente cor, gênero, sexualidade, raça e cultura, “desterritorializados, desconstituídos de direitos, invisibilizados e marginalizados pelo Estado que resistem, se organizam, lutam, são insurgentes e com suas vozes e corpos nos apontam que é urgente repensar e mudar métodos, instrumentos e critérios estruturantes da disciplina urbanística” (CARON, 2020, p.5). Assim, assumimos a noção de que as relações dos espaços com cada indivíduo é flexível e descontínua e se configura em resposta às suas necessidades específicas, embora façam parte de um mesmo território, seus lugares de liberdade e segurança não são iguais para todos.

É neste sentido que as brechas e fissuras representadas aqui pelos “corpos ordinários” evidenciados pelos vendedores ambulantes, catadores, artistas e a população em situação de rua, presentes no espaço público espetacularizada do Rio de Janeiro desviam a cidade de seu uso planejado. Estes sujeitos, quase considerados como “invisíveis”, tornam-se bastante incômodos quando vistos como pequenos desvios a serem combatidos onde deveria imperar a materialidade resultante de políticas públicas excludentes dentro do planejamento urbano para tal espaço.

Ribeiro (2000) nos convida a pensar esse sujeito excluído da produção urbana hegemônica, como um sujeito corporificado. “O sujeito corporificado tomaria, portanto, o teatro da vida nas suas mãos, opondo-se a sua desmaterialização em papéis repetitivos, em imagens reiterativas e em modelos de cidade (e de urbanidade) que o excluem” (RIBEIRO,

¹ Michel de Certeau (2014, p.55) dedica a primeira parte de seu livro “A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer” “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminado. Caminhante inumerável.”

2000, p.32). Isto é, seria um direito deste sujeito aparecer e romper o apagamento da sua individualidade buscando por uma visibilidade que confrontaria a violência e o apagamento. O "sujeito corporificado" representa uma experiência singular, constantemente envolvido em jogos que englobam a linguagem, os gestos, a acomodação e a insubordinação, além da manipulação de classificações sociais. Essas ações ocorrem nas fronteiras entre o visível e o invisível (RIBEIRO, 2010, p. 31).

Segundo a autora, ao desafiar as formas de controle e burocratização da vida, o sujeito corporificado conquista o direito de definir sua forma de se manifestar e existir. Ele se torna um "acontecimento", rompendo com as expectativas de silêncio e apagamento de sua individualidade que lhe são impostas (Ibid., p. 32). Em suma, o conceito do "sujeito corporificado" destaca a capacidade do indivíduo de se afirmar e se tornar ator de sua própria existência, transcendendo as limitações impostas pelas normas e estruturas sociais.

Os sujeitos ambulantes e corporificados que ocupam as ruas movimentam-se entre sujeição e individuação, visibilidade e invisibilidade, desviando e atualizando usos e significados da terra, tornando-a suporte para diversas atividades, mesmo que conflitantes. Essas atividades, embora heterogêneas, formam uma camada sutil, quase imperceptível para olhares pouco sensíveis, que não está exterior nem paralela aos usos convencionais da cidade, mas se infiltra neles, dotada de mobilidade e artimanhas próprias, em movimentos oportunistas de entrada e saída. São práticas marginais que se apresentam como alternativas, seja por serem ilegais ou por não obedecerem a princípios morais arraigados na sociedade, e resistem a pressões e repressões por meio de embates e conflitos, ou simplesmente desviam, tornando-se invisíveis, lutando pelo direito de existir. Podemos considerar que estes sujeitos, ditos como "marginalizados", constituem as "zonas de tensão" (JACQUES, 2010, p.110) deste território somente através de sua presença no mesmo espaço que busca eliminá-los.

Conseqüentemente, a crise nos ambientes urbanos se intensifica junto com o conflito entre seus habitantes; entre os que parecem legítimos e os que não o são, reforçando os conflitos inerentes ao próprio espaço público, evidenciados principalmente na relação entre o ordinário e o extraordinário acontecendo no mesmo território. "As imagens consensuais não conseguem apagar essa 'outra cidade' opaca, intensa e viva que se insinua nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada" (JACQUES, 2010, p.109). Ademais, as "zonas de tensão" instauradas por estes sujeitos e suas práticas em um espaço espetacular, programado e repleto de regras, nos faz pensar no tensionamento entre o

movimento e a estabilidade, fazendo com que a ocupação da rua apareça como forma de resistência.

Portanto, a perspectiva da cidade espetacular funciona como uma ferramenta que tensiona as abordagens convencionais enraizadas na forma como vemos e planejamos os espaços urbanos. Essas abordagens destacam a importância de olhar além das estruturas fixas e das atividades estáticas, concentrando-se nas atividades em movimento. O movimento, quando considerado como uma ferramenta para explorar outros aspectos da organização humana na cidade, aliado à perspectiva de outras formas de ver o urbano, desvia nosso olhar dos métodos tradicionais de planejamento permitindo dar ênfase em outros aspectos da organização, especialmente às formas espontâneas de auto-organização.

“As narrativas urbanas, além de narrar, também “montam” cidades, ao produzir outras subjetividades urbanas” (JACQUES, 2015, p.80). Para isso, torna-se crucial adotar uma forma de cartografia que opere no nível da experiência vivida, onde o movimento e a interação com o “outro” sejam centrais. Essa abordagem possibilita a revelação de relações espaciais alternativas, padrões de significado distintos e práticas que também contribuem para a construção da cidade.

Essa abordagem de cartografia, que se dedica a explorar os ambientes urbanos por meio do envolvimento consciente do corpo em movimento pelo espaço, já é estudada há algum tempo pela arquiteta e urbanista Paola Jacques. A autora apresenta um histórico detalhado da instrumentalização de um tipo singular de movimento urbano: as errâncias². Ela as enxerga como uma experiência urbana que representa uma “arte de se perder nas cidades”, uma abordagem mais aberta ao campo do sensível que investiga aspectos profundos e menos óbvios da vida urbana. Daí advém sua defesa de um “devir errante do urbanista”, um estado de exploração constante por parte do pesquisador das cidades, uma atitude que busca escapar das representações, dos planos, dos modelos e dos diagnósticos em favor das práticas, das ações, das experiências - ou seja, do contato genuíno com o espaço público no âmbito do cotidiano.

² Num “pequeno histórico das errâncias” a autora traça um breve histórico das práticas de errância, relacionando-as a diferentes momentos do desenvolvimento do urbanismo ao longo da história. Ela identifica três períodos distintos: o das flanêries, exemplificado pelo flâneur de Baudelaire, ligado à modernização de Paris no século XIX; o das deambulações dadaístas e surrealistas nas décadas de 1910 e 1930, coincidindo com o início do movimento moderno na arquitetura; e o das derivas situacionistas das décadas de 1950-60, que criticavam os princípios do urbanismo funcionalista dos CIAMs. No contexto brasileiro, a autora estabelece conexões semelhantes entre esses momentos históricos e as experiências individuais de João do Rio, Flávio de Carvalho e Hélio Oiticica. Essas associações estão detalhadas em seu trabalho de 2006. Cf. JACQUES, 2006.

A autora identifica três propriedades recorrentes à prática de “errar” na cidade: o se deixar perder, a lentidão e a corporeidade.

(...) A preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar, ou seja, o contrário mesmo do ‘se perder’.

(...) A lentidão do errante não se refere a uma temporalidade absoluta e objetiva, mas sim relativa e subjetiva, ou seja, significa uma outra forma de apreensão e percepção do espaço urbano.

(...) Neste sentido, a errância poderia se dar por meios rápidos de circulação, mas esta continuaria sendo lenta. (...) E por fim, a própria corporeidade destes e, sobretudo, a relação, ou contaminação, entre seu próprio corpo físico e o corpo da cidade (...). Esta incorporação acontece na maior parte das vezes quando se está perdido e em movimento lento. (JACQUES, 2006, p. 121-123)

Desta forma, vemos uma cidade em constante movimento e a visibilidade em torno da “cidade espetáculo” do Rio de Janeiro e a possibilidade de “ser visto” tensiona ainda mais as disputas neste espaço. O cruzamento de tantas narrativas em um lugar político reforça os conflitos inerentes ao próprio espaço público, evidenciados principalmente na relação entre o ordinário – vendedores ambulantes, catadores, artistas e a população em situação de rua – e o extraordinário acontecendo no mesmo território.

Vivências nos espaços públicos

Os processos políticos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos sobre o espaço devem ser pensados abrangendo as relações entre sujeitos com seu meio – sobretudo, as relações com a cidade. Compreendemos as narrativas urbanas como processos pelos quais os sujeitos formulam sentidos, atravessam e organizam os espaços da cidade provocando novas maneiras de sentir e ver o urbano.

Nas últimas décadas poucas cidades no mundo sediaram tantos eventos de porte internacional como o Rio de Janeiro, ganhando destaque em discussões sobre megaeventos devido a sua experiência como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, Rio +20 em 2012, Copa das Confederações em 2013, uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão em 2016. De acordo com Vainer (2010), a produtividade e competitividade tornaram-se as principais qualidades a serem buscadas pelas cidades, colocando o Rio de Janeiro na direção de tornar-se uma grande “cidade espetáculo”.

Em 1996, ao final do primeiro mandato do prefeito César Maia, em colaboração com planejadores urbanos que haviam participado da organização dos Jogos Olímpicos de

Barcelona em 1992, iniciou-se a tentativa de lançar a primeira candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas. Desde então, a retórica de melhoria da cidade em diversos setores, como segurança, economia e infraestrutura, foi colocada sob a perspectiva mercadológica dos megaeventos.

Apesar do insucesso inicial, os Jogos Pan-Americanos foram vistos como uma oportunidade para abrir caminho para competições esportivas internacionais de maior destaque. Assim, em 2002, a cidade do Rio de Janeiro conquistou a oportunidade de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007. Em seguida, em 2007, foi escolhida como uma das capitais para sediar a Copa do Mundo de 2014 e, de forma inédita no contexto brasileiro, foi eleita a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em 2016.

Os impactos na cidade para a realização desses jogos foram tão significativos que a administração municipal chegou a comparar a reforma urbana realizada no início do século XXI com as promovidas por Rodrigues Alves e Pereira Passos no século XX. No caso de Pereira Passos, engenheiro e prefeito, ele implementou as reformas exigidas pelo governo federal. Já no século XXI, com Eduardo Paes à frente da prefeitura durante dois mandatos consecutivos (2009-2017), as obras voltadas para os megaeventos se tornaram o epicentro de seu projeto político. As obras portuárias, a expansão da malha viária e a valorização imobiliária já estavam sendo planejadas desde as últimas décadas do século XX em colaboração com os governos estadual e federal. Assim, quando Eduardo Paes assume o cargo de prefeito, ele também anuncia sua intervenção no porto, que mais tarde seria realizada em parceria com as Olimpíadas.

O projeto Porto Maravilha teve seu pontapé inicial no primeiro dia da administração Eduardo Paes e foi lançado oficialmente em 23 de junho de 2009, com a presença do presidente Lula e do governador Sérgio Cabral. Seu lançamento antecedeu a escolha do Rio de Janeiro para a sede das Olimpíadas de 2016, que tornou-se pública no dia 2 de outubro de 2009. O projeto não foi, portanto, uma obra olímpica, embora tenha sido chamado, mais tarde a desempenhar o papel de principal símbolo das obras olímpicas realizadas na cidade (DE PAOLI, op. cit.: 60).

A descrição do projeto Porto Maravilha aponta para a necessidade de renovação urbana atrelada ao setor econômico e turístico, a partir da ação conjunta com a iniciativa privada, sob a justificativa de “recuperação” do abandono da região portuária. De acordo com o conteúdo contido na apresentação do Porto Maravilha em tal empreendimento é descrito como:

O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No centro da reurbanização está a melhoria

das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados(m²). A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão³.

Sendo assim, fica evidente que no próprio discurso direto sobre essa intervenção, o empreendimento imobiliário é considerado o elemento de maior relevância dentro do projeto de reurbanização. O projeto com apelo cultural e de entretenimento, incorporou também a criação do Boulevard Olímpico, a reforma da Praça Mauá, o surgimento do AquaRio, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR), além da arte urbana contemporânea representada pelos grafites do muralista Eduardo Kobra. O Boulevard Olímpico, localizado na área demarcada pelos pontos turísticos como o MAR, o Museu do Amanhã e a arte de rua, entre a Praça Mauá e o AquaRio, é parte integrante da área cultural do projeto Porto Maravilha e durante o período das Olimpíadas, tornou-se um novo ponto turístico na cidade.

Uma das principais reflexões críticas sobre a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro aborda o fenômeno da "espetacularização urbana", referindo-se aos efeitos negativos do processo de privatização dos espaços públicos pela especulação imobiliária e à gentrificação resultante que expulsa a população mais vulnerável das cidades. Nesses processos, o ambiente urbano tende a se tornar uma mera cenografia, e a experiência cotidiana nas cidades é reduzida a uma utilização e circulação disciplinadas, guiadas por princípios segregatórios e conservadores, conferindo uma lógica turística e consumista ao funcionamento urbano.

Os atuais projetos urbanos contemporâneos, ditos de revitalização urbana, estão sendo realizados no mundo inteiro de acordo com uma mesma estratégia genérica, homogeneizadora e consensual. Estes projetos espetaculares transformam os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, "sem corpo". Paola Jacques observa que os urbanistas podem indicar usos para os espaços projetados, mas é na prática cotidiana dos indivíduos comuns que esses projetos urbanos são atualizados e reinventados. O corpo e a cidade se influenciam mutuamente nessa relação, sugerindo a possibilidade de um urbanismo mais incorporado através de micro-resistências urbanas, como o corpo como política.

³ Site oficial do Porto Maravilha, disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha> . Acesso em julho de 2023.

Assim, a partir do amadurecimento da ideia de corpografia como micro-resistência ao empobrecimento da experiência urbana pelo processo citado de espetacularização das cidades, percebemos a necessidade de estender à própria cidade as discussões e experimentações sobre o tema até então realizadas no âmbito acadêmico. Nesse contexto, as dinâmicas sociais se entrelaçam com o espaço, não sendo governadas pelo Estado, mas por uma política própria da rua, capaz de se auto-organizar em conflitos e disputas por espaço, gerando novas configurações de poder. É nos intervalos em que os dispositivos de controle estudados por Foucault falham em impor o poder do Estado que as trajetórias ambulantes podem subverter as dinâmicas aparentemente estabelecidas na cidade espetacular, revelando a resistência e a potência inerente ao movimento desviante.

Os conflitos urbanos são legítimos e necessários, e é fundamental que haja zonas de tensão para que possam se manifestar. Contudo, é importante que esses conflitos não se tornem hegemônicos, pois a presença de tensão constante no espaço público é essencial para que a cidade seja mais do que um espetáculo, mas sim um espaço de resistência, de uso e de vida cotidiana. As interações entre o corpo humano e o corpo urbano são cruciais para a criação dessas tensões no espaço público (JACQUES, 2010, p. 117).

Andar pelo espaço urbano implica a interação entre corpo e cidade - dois organismos complexos, tanto em sua forma quanto em seus funcionamentos. Ambos carregam em si campos de tensão, lugares de conflito e forças capazes de criar ou desfazer agenciamentos, subjetividades, relações e territórios. Na experiência urbana, corpo e cidade se relacionam de forma intrínseca, em uma condição de pertencimento mútuo, onde o corpo interage com o lugar que percorre e se expressa através de sua corporeidade (JACQUES, 2007).

Portanto, é preciso dar visibilidade a outras narrativas vindas da experiência, denunciar as desigualdades, valorizar a diversidade e entender que existem sujeitos e comunidades que se encontram com seus direitos à existência e a cidade ameaçados ou negligenciados pelo Estado. Portanto, as margens “estariam permanentemente tensionando e disputando a modernidade hegemônica, para além dos momentos críticos e eventuais de resistência” (ROSA, 2018, p.186).

Para que a política se concretize, o corpo precisa aparecer (BUTLER, 2018, p.88). Conforme a autora, aparecemos através de nossos corpos, não somente aquele que sofre o resultado das relações de poder, mas “exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando pela forma corpórea da reunião, um apelo político” (BUTLER,

2018, p.22). Ou seja, é por meio dos corpos que reagem diante do anulamento, este imposto pelas tramas da sociedade, que realidades sociais e políticas podem ser refeitas.

3. CONCLUSÕES FINAIS

Por fim, procurou-se explorar variadas possibilidades do que chamamos de movimento desviante de ver a cidade. No urbanismo, o movimento é utilizado como uma ferramenta para investigar os modos de ver a cidade e desviar das abordagens comuns usadas por urbanistas ao "ler" a cidade e criar representações e categorias integrando teoria e prática. O presente trabalho teve até aqui a intenção de criticar as fixações, representações e categorias do planejamento urbano propondo uma nova perspectiva de cidade através da narrativa ligada aos fluxos urbanos e ao movimento desviante do espaço.

Na esfera urbana, essa abordagem narrativa procurou investigar os sujeitos ambulantes ditos excluídos – pessoas que se movem pelas ruas, trabalham, habitam ou se expressam de forma marginalizada, já mencionados neste trabalho como corpos ordinários. O espaço público extraordinário, sendo espaços essenciais de movimento nas cidades, naturalmente surgem como campo para investigar esses desvios cotidianos, por meio da exploração do próprio movimento como ferramenta de pesquisa.

Sendo assim, na macroescala da cidade espetacular do Rio de Janeiro o percurso e o movimento foram utilizados como tentativas de escapar do urbanismo disciplinar e na microescala, os corpos ordinários, a narrativa, a experiência e a prática aparecem como teoria e procedimento metodológico de trajetórias e práticas de espaço-tempo. A tentativa de unir estas escalas resultou na busca de um modo particular de ver a cidade, as narrativas dos corpos ordinários, que mais do que descrever ou representar a experiência produzem espaços e contribuem para o debate sobre participação no planejamento das cidades.

Nestas circunstâncias, enquanto a narrativa, o caminhar e o movimento desviante dos corpos ordinários ganham força, a cultura predominante hegemônica é obrigada a lidar com a diferença. É nesse âmbito que a visão do movimento desviante da cidade evidencia que seus espaços-tempo são fluidos e estão em constante evolução através das trajetórias dos seus habitantes. Sob essa circunstância política, quando uma zona de tensão é instaurada, surgem oportunidades para confrontos não somente diretos, mas também de perspectivas e visões de mundo, que podem gerar novos arranjos no uso do espaço. Esses arranjos podem perpetuamente envolver conflitos, contudo, é justamente desse conflito que a inovação e a possibilidade de transformar os sistemas de relações e os significados

inscritos no espaço urbano podem emergir; abrindo caminho para redefinir o que pode ser realizado, quem pode realizar e a quem pertence o espaço, seja de forma individual ou coletiva.

A partir daí presenciamos como até os espaços mais iluminados, rígidos e controlados, como a região portuária recém revitalizada do Rio de Janeiro, podem ser infiltrados por práticas desviantes. Além disso, compreendemos que o espaço público pode ser percebido também como um processo de transformação contínuo, incorporado em indivíduos profundamente marcados pela experiência e vivência urbana, os quais têm o poder de modificá-lo através de suas práticas espaciais.

Por fim, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para o diálogo sobre as políticas de planejamento urbano atuais. Nesse contexto, esta abordagem não busca "manter tudo como está", mas sim defende que qualquer intervenção local ou sistêmica nos espaços de circulação deve levar em consideração a existência da dinâmica do caminhar na cidade. Isso implica em reconhecer a capacidade de auto-organização que surge a partir do choque entre trajetórias heterogêneas no mesmo espaço, muitas vezes associadas a medidas de "imposição da ordem", que buscam enquadrar ou mesmo excluir sujeitos situados à margem como vendedores ambulantes, catadores, artistas e a população em situação de rua transformando tal cidade em um ambiente onde a esfera política é subtraída do cotidiano.

Há 20 anos Milton Santos (2008) falava de não se perder de vista a "flexibilidade tropical" que torna nossas cidades menos cruéis e mais possíveis. Certamente um futuro aprofundamento da investigação destes sujeitos excluídos da produção urbana trará novos elementos e narrativas à discussão. Pois ignorar características de nossa cultura urbana – entre elas todas aquelas atividades flexíveis, menores e marginalizadas que se infiltram nos fluxos de circulação como os vendedores ambulantes – é seguir importando modelos que já mostram seus danos à vida urbana em outros contextos. Neste sentido, no lugar da especialização e segregação de espaços, pensaríamos em flexibilidade e coexistência; ao invés de definir todas as regras, deixar que parte seja construída pelos próprios indivíduos no encontro de suas ações em movimento, como de fato já acontece. Ao invés de delimitar espaços de propriedade por toda a cidade, inclusive seus espaços de circulação, permitir que alguns espaços, não sendo propriedade de ninguém, sejam apenas suporte para apropriações variadas. Certamente este é um desafio que se coloca, mas buscar formas de fazê-lo surge como um horizonte a ser explorado.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARON, Daniele. **Visibilizar as Narrativas de Rua: A dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão.** Anais XVIII ENANPUR 2019. Porto Alegre, 2019.

CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo; OLIVEIRA, Katia; PERSEU, Gianluca. **Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum.** VIRUS, São Carlos, n. 20, 2020. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer.** Vol. I - Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

DE PAOLI, Paula Silveira. **Crônicas de uma cidade em obras. O projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro das Olimpíadas 2016 – maio/agosto.2016.** A entrega das obras e as Olimpíadas. Rio de Janeiro: Rio Books – 1ª edição, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

hooks, bell. *Teoria Feminista: Da margem ao centro: 05.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

JACQUES, Paola B. **Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência.** In: *Cadernos PPGAU/FAUFBA.* Salvador, v. esp, p. 93-104, 2007.

JACQUES, Paola B. **"Elogio aos errantes"**. In: JACQUES, P. B.; JEUDI, H. P. (.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais.* Salvador: EDUFBA;PPGAU/FAUFBA, 2006.

JACQUES, Paola B. **Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo** In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea, Tomo IV: Memória, narração, história.* Salvador: Edufba, p. 47-83, 2015.

JACQUES, Paola B. **Zonas de Tensão: em busca de micro resistências urbanas.** In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações.* Salvador: Edufba, v. 1, p. 106- 119, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace.* 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000)

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa.** *Revista Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade,* Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2015.

Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352>. Acesso em: 18 jul. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Dança de sentidos: na busca de alguns gestos**. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Corporidade: debates, ações e articulações*. Salvador: Edufba, v. 1, p. 24-41, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia**. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, 2000.

RICOEUR, Paul. **Arquitectura y narratividad**. A: Muntañola, Josep. *Arquitectonics: Arquitectura y hermenéutica*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. (p.9-29) Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099.3/36737/9788498800104.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 ago. 2022.

RICOEUR, Paul. **A tríplice mimese**. In: *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1995.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ROSA, Thaís Troncon. **Pensar por Margens**. In: PEREIRA, M. P.; JACQUES, P. B. *Nebulosas do pensamento urbanístico*. Salvador: Edufba, 2018. (p. 176-205) Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/?publicacoes=nebulosas-modos-de-pensar>. Acesso em: 19 set. 2022.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

VAINER, Carlos R. **Megaeventos e a cidade da exceção**. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E A CIDADE. Niterói, 2010.